

PENSANDO O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO E A GEOGRAFIA

Odette Carvalho de Lima Seabra*

Defronta-se a Geografia como ramo do conhecimento com impasse teórico cuja superação é ao mesmo tempo necessária e urgente. Necessária porque temos de dar respostas correlas a um conjunto de problemas que se impõem para a sociedade e que dizem respeito aos diferenciais espaciais de desenvolvimento econômico e social, bem como das possibilidades diferenciais de apropriação desse mesmo processo; urgente, porque situações que daí decorrem vem implicando em transformações profundas, rápidas e até violentas no modo de vida social. Trata-se de processos ora integradores, ora desintegradores que atingem os liames mais profundos da sociedade moderna.

A questão para a Geografia é a sociedade ou é o espaço? Ou será a sociedade e o espaço?

A discussão relativa à essência do saber geográfico tem nos conduzido a pensar o espaço como centro da nossa reflexão; em que pese falar-se até de uma espaciologia como algo fora da Geografia, devido ao interesse de outras disciplinas por uma suposta problemática dos espaços mesmo. Se isto é uma questão que aparece na atualidade em outras áreas do conhecimento, na Geografia seu peso é relativamente maior já que na sua própria origem tem estado sempre presente o espaço-território dos homens, território da sociedade.

De qualquer forma, no âmbito da Geografia, a questão parece estar situada na necessidade de discernir o espaço como sujeito e/ou como objeto.

Trata-se por vezes o espaço como sujeito, assumindo-o como ação causativa, dando relevo a relações espaciais, permanecendo subjacente a idéia, até mesmo inconsciente, de que estruturas espaciais são tão relevantes quanto as estruturas sociais e que através delas chegar-se-ia a compreender os movimentos da sociedade. Imobiliza-se o espaço e no espaço as realizações da sociedade para tratá-lo como entidade autônoma. Nessa perspectiva desenvolveram-se os estudos regionais quando definiram-se e classificaram-se estruturas espaciais, como por exemplo os estudos de regiões polarizadas, de regiões homogêneas etc... para chegar-se até a noção de que espaço atrai espaço, espaço explora espaço, o melhor exemplo sendo o de que a cidade explora o campo.

A cidade indubitavelmente é diferente do campo; é em si mesma uma força produtiva, portanto um lugar, mas é também mais do que um lugar na medida que suporta as relações dos homens entre si e que se define por essas relações. E é nessa medida que pode vir a ser sujeito da nossa explicação. Por isso a cidade não é uma força produtiva em si mesma. É uma força produtiva que se define numa relação histórica como fruto da separação do trabalho social, numa formação social determinada. O urbano é o seu conteúdo. Nessas condições, é sobretudo o lugar onde se tem produzido a ciência e a tecnologia, é o lugar através do qual se difunde um modo de vida particular "a cotidianidade moderna" face subjetiva do industrialismo; processo através do qual se tem introduzido, incessantemente, inovações em todas as direções e em todos os sentidos; é o lugar em que se cria o homem novo.

* do Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

Uma outra vertente da explicação geográfica é aquela que priorizou as relações sociais, as leis da produção e da reprodução social para interpretar o espaço na ótica do processo global da sociedade humana. Nessa perspectiva o espaço é objeto e as categorias explicativas são as do materialismo histórico e dialético, tais como o trabalho, a divisão do trabalho, a propriedade e o capital em suas diferentes formas. O espaço é o objeto e chega-se a ele no final do processo de pensamento. O ponto de partida não é o espaço, o raciocínio se desenvolve com base nas leis da produção e da reprodução social. Remete-se assim ao espaço para lhe dar atributos.

Procura-se a espacialização dos processos gerais da sociedade. Nessa ótica se tem trabalhado atualmente.

Buscar e percorrer uma dialética própria do espaço, acredito ser a meta fundamental da pesquisa teórica e prática em Geografia para superar o impasse do espaço sujeito ou do espaço objeto em si mesmo.

Pensando uma dialética do espaço:

É preciso fixar um ponto de partida. O ponto de partida há de ser o espaço mesmo, com a condição de ser histórico e social. Como remeter então à dimensão natural do espaço tão cara à Geografia? O natural é histórico e só existe sob essa condição.

A natureza só existe para o homem, na medida em que esse mesmo homem se reconhece como ser histórico em consequência do desenvolvimento de uma relação teórica e prática com o universo imediato sensível. Assim, o ser histórico homem - para quem começa a haver um universo natural - mantém relações imediatas e concretas nesse mesmo universo, que constitui o seu próprio desenvolvimento orgânico e social, reforçando uma certa e fundamental ambivalência que lhe constitui a própria essência: a de ser natural e histórico.

O ser histórico tende a se sobrepor ao Homem como ser natural quando as suas relações imediatamente naturais como apropriação da água, do ar, da terra são mediatizadas por relações sociais. Relações que se tornam cada vez mais complexas ao longo do processo que constrói o próprio homem, e que constrói e reconstrói o mundo material como extensão de si mesmo, como ampliação da sua própria natureza orgânica. A relação homem-natureza tende pois historicamente para a abstração. Tende a se transformar numa relação mediada por leis de reprodução social. A vida em sociedade contém as mediações fundamentais dessa relação, as quais, ao se constituírem historicamente, dão aos fenômenos naturais uma dimensão histórica.

Modernamente tais relações atingiram tamanha complexidade que permanecem obscuras para a maior parte da humanidade. Por exemplo, como explicar, ao ferramenteiro fazedor de peças que ele no seu trabalho mantém uma relação com a natureza? A rigor o problema seria o de como explicar o conjunto de mediações que se interpõem entre o ferramenteiro e os lingotes produzidos nos fornos das siderurgias.

Já que relações fundamentais podem permanecer obscurecidas, essas mesmas relações podem ser e são fetichizadas; ou seja, podemos ser levados a pensar o natural sem conteúdo histórico e vice-versa, o histórico como se pudesse ser destituído da qualidade original de ser natural.

Trazer essa problemática para o espaço é o que se impõe, então vejamos: a vida em sociedade se desenvolve num lugar, senão em muitos lugares ao mesmo tempo. O lugar em que se inscreve determinada relação social é

natural num certo sentido para ser histórico noutro. O lugar natural é histórico a partir do momento que é percebido como lugar do Homem, através de uma atividade prática e consciente.

A vida social se inscreve na superfície da Terra, cifra seus códigos, normaliza gradativamente o conjunto de relações que estabelece em diferentes lugares. E enquanto tais inscrições permitem que se dê atributos, qualidades, especificações aos lugares como pontos na superfície da Terra, os efeitos de tais inscrições são areolares. Temos o lugar e o espaço. O espaço pode ser a dimensão de muitos lugares:

"O lugar pode ser uma maneira de decomposição do fenómeno espacial ou um modo de colocar-se a questão da diferenciação mais isso só ocorre se se transcende a idéia dele enquanto fato isolado. Nesse sentido o lugar não seria definido pela escala (grifo meu) mas como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada no desenvolvimento desigual."
(CARLOS, 1987, p.47)

O lugar é ao mesmo tempo particular e geral. Tem uma forma e um conteúdo. Enquanto forma não revela, necessariamente, a própria essência e enquanto conteúdo o lugar é uma relação historicamente constituída.

Toda sociedade se move no espaço através do tempo, processo que denominamos desenvolvimento social, articulando uma forma principal de trabalho (Hobsbawm 19??) fundamento das relações sociais e da apropriação dos elementos da natureza. A vida em sociedade impõe formas de divisão do trabalho, no sentido de uma racionalização objetiva do próprio trabalho. E as realizações humanas pelo trabalho, objetivamente desenvolvimento da engenhosidade inventiva em ciência e tecnologia, incorporam-se no território justificando essa mobilidade através do espaço.

Os diferentes lugares terão para a sociedade valor diferenciado, tanto em função de uma divisão do trabalho pressuposta como em função dos elementos naturais tornados recursos naturais, que explora. Assim, as necessidades humanas são elas mesmas históricas fazendo com que se altere no tempo o valor que se atribui a esses dois elementos.

A vida em sociedade experimentou formas distintas de reprodução social que implicou também em formas distintas de apropriação dos elementos vitais considerados bens naturais. Em determinadas circunstâncias históricas a apropriação de tais elementos, água, terra... se configura como apropriação privada, como propriedade particular que implica na definição de uma estrutura de poder.

Mas a transformação do trabalho como propriedade parece ter sido a mais espetacular das transformações. A propriedade como trabalho, no seu desenvolvimento histórico do escravismo ao assalariamento, permitiu que a face objetiva do poder fosse a acumulação de riqueza. Acumulação que promoveu e promove, acentuou e acentua a divisão do trabalho social e o sistema de trocas. As diferenciações pois num sentido sociológico.

Assim a propriedade levou o trabalho social a realizar-se como capital na medida em que esse trabalho social foi sendo apropriado individualmente e cumulativamente e que esse processo começava a ser regido pelas leis abstratas do valor. Por isso desenvolveram-se leis próprias desta forma de produção e reprodução social. Nela será o trabalho substância objetiva das riquezas produzidas como bens úteis, valores de uso da sociedade. E será o trabalho substância subjetiva dessas mesmas riquezas, bens materiais produzidos socialmente para serem trocados entre si como quantidade ou fração de trabalho social, ou seja, como valores de troca.

Tanto quanto o trabalho, a terra - bem natural, dádiva -, experimentou formas distintas de apropriação até adquirir a configuração da propriedade territorial moderna, instituída sobre um direito juridicamente estabelecido.

Trata-se enfim, de um processo que culminou na transformação das energias vitais dos homens em trabalho social ao mesmo tempo que conduziu a propriedade da terra a assumir a condição de ser um equivalente de trabalho: veja-se Karl Marx - Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1884:

"O trabalho é a essência subjetiva da propriedade privada e o capital o trabalho objetivo, e a propriedade privada como relação..." (MARX, 1968 - Terceiro manuscrito em Propriedade Privada e Comunismo).

O trabalho e a terra, na forma econômica que lhe corresponde: salário e renda capitalista, constituem uma criação desta formação econômica e social, na qual tudo se produz e se reproduz na forma da mercadoria. Mas estas - trabalho e terra - são mercadorias singulares pois não se realizam no mercado em função de um trabalho socialmente necessário como as demais mercadorias. Têm as suas próprias leis de reprodução - leis da população e leis dos fenômenos naturais - não obstante estarem, as suas próprias leis, sujeitas à reprodução social. É portanto, no mundo da mercadoria, no mundo dos valores de uso e dos valores de troca que o lugar, ou os lugares, acabam sendo historicamente definidos. Os atributos próprios do lugar e do espaço se convertem em elementos de sua própria determinação como valores de uso e como valores de troca. O lugar e o espaço atingem nessa circunstância histórica, a condição de sujeito como espaço mercadoria.

Assim, será no interior de um espaço mercadoria abstrato que se realizará, objetivamente, os lugares como valores de troca, a preço x ou y , em função de como incorporam ou não incorporam trabalho social, mas fundamentalmente em função do volume e da valor da riqueza social (valores de uso) criada. Disto deriva nosso raciocínio de que o espaço-função de "n" lugares - tem um valor que lhe corresponde em função da produção social, um valor genérico (valor de uso) que se expressa num preço (expressão formal do valor de troca) o qual é primeiro uma equivalência da produção social para ser também, eventualmente, um valor agregado, acrescido por atributos próprios do lugar. Nesse sentido, o espaço é também objeto. É preciso que se compreenda a sua própria diferenciação. Por isso, a renda fundiária, forma econômica da propriedade, se constitui numa categoria teórica em princípio exploratória e talvez explicativa da qualidade intrínseca dos lugares na sua inscrição espacial e social, pois que a renda fundiária:

- 1º) se define num conjunto de relações políticas e jurídicas;
- 2º) como tal assume uma forma pertencente ao capital, no contexto da formação econômico social capitalista;
- 3º) se constitui num volume de riqueza social com o qual se remunera a propriedade;
- 4º) se constitui num elemento pertencente a este modo de produção sem que tenha a ver com a base fundamental do mesmo.

O processo geral de produção e reprodução capitalista acaba por valorizar a terra, a terra como propriedade, sendo o seu preço uma renda que se capitaliza segundo as leis da reprodução, um mecanismo eficaz de captação de parte do trabalho social.

Se a Geografia tem no centro de sua própria reflexão o espaço, ao que nos parece, como sujeito e objeto, é preciso compreender, dissecar os processos que gestam este ou aquele espaço, processos da sociedade com os atributos que lhe são próprios. É preciso compreender, dissecar as práticas que se tornaram ou se tornam possíveis no espaço e através do espaço. O espaço se constitui assim numa relação social.

No âmbito da Geografia os processos de valorização do espaço têm sido, no mais das vezes, avaliados numa perspectiva antropológica, por uma vertente culturalista na qual foram explorados temas como: o homem e o rio, o homem e a serra... Fundamentalmente, tais procedimentos derivam da adoção de princípios muito gerais. Partia-se da constatação de que o gênero humano no decurso da sua História foi se deslocando sobre a Terra e que, quando realizava apropriação-simples de certos elementos vitais, ou, quando transformava outros (a construção de cabanas por exemplo), acabava por valorizar seu espaço como espaço vital:

"A lei abstrata e a substância abstrata ainda não tinham emergido da multiplicidade sensual da natureza tal como a diversidade sensual das formas concretas de trabalho ainda ocultava a noção de trabalho abstrato e tal como a irregularidade do desenvolvimento ainda não revelara as tendências comuns que atuavam nos vários processos de evolução social"
(HELLER, 1982)

Em verdade o conjunto de mediações historicamente constituídas na relação homem-natureza, que evoluiu para a relação natureza-sociedade sempre foi pouco explorado.

Mas está longe dessa problemática o que se propõe à Geografia na atualidade como processos de valorização do espaço. Um fato incontestável é que à dimensão utilitária do espaço que o converteu em valor de uso para a sociedade, se sobrepuzaram determinações históricas da produção e da reprodução social, as quais, sob a vigência de relações capitalistas de produção, sintetizam o valor de troca e o valor de uso.

O valor de troca se sobrepõe historicamente ao valor de uso, o que quer dizer que para usar, usufruir de determinados atributos do lugar é preciso que se realize, antes de tudo, seu valor de troca. Por isso os processos de valorização do espaço passam, necessariamente, pela mercantilização do próprio espaço, concretamente pela mercantilização de lugares.

Disto deriva a propriedade singular que a terra, fração de território, fragmento de lugares, pode desempenhar no sistema econômico, comandado pela troca. Como valor de troca, cuja correspondência ou equivalência, está na esfera da produção social, poderá desempenhar ao longo do tempo, a função de resguardar frações da riqueza das sociedades das intempéries do sistema econômico como reserva de valor. A expressão formal e social desse fenômeno, como já indicado, é o preço da terra, que se concretiza socialmente como renda capitalizada da terra.

Em princípio, a renda fundiária é um tributo que a sociedade paga à propriedade da terra. Mas a renda fundiária traduz também o valor do lugar, um valor que transita pelo universo simbólico da sociedade como valor histórico e um valor que transita pela maior ou menor rentabilidade econômica da utilização da terra para esse ou aquele fim, como resultado de investimentos produtivos no lugar ou também como localização, acessibilidade do lugar.

As possibilidades concretas de apropriação da renda fundiária como tributo social derivam da existência da instituição da propriedade privada da terra, ela mesma ancestral à formação econômica e social capitalista que, no entanto, sob tais condições atinge sua forma acabada. É por isso que o trabalho como exclusão da propriedade se constitui no fundamento da renda fundiária e, inversamente, também que a terra como trabalho iria então assumir a capacidade de representar trabalho.

O processo de valorização na circunstância histórica do capitalismo é o processo que vai pondo, gradativamente, os diferentes lugares da Terra - como localização, como recurso - sob a vigência das leis abstratas da reprodução social, no qual a terra vai se constituindo em força produtiva da sociedade, assumindo a condição de capital social.

A virtualidade deste processo está em tornar social o espaço mesmo, ainda que sob a vigência da propriedade privada da terra. De tal forma que a socialização do espaço e a privatização do espaço são faces contraditórias de um mesmo processo que ao se desenvolver cria a cidade capitalista.

Quer dizer que a cidade do capitalismo se constitui como força produtiva social porque nela se foi materializando e se aprofundando uma esfera pública de trabalho social como riqueza, como valores de uso sociais, ao lado de trabalhos privados acumulados como riqueza individual capitalista.

A esfera pública foi constituir os elementos sociais gerais e necessários para que na cidade as relações capitalistas de produção se desenvolvessem como resposta a uma lógica de racionalidade e rentabilidade econômicas que visou a redução dos custos operacionais do processo em termos gerais.

Mas a separação que gerou essa esfera pública de capital social, gerou também relações de poder no contexto da vida social.

Por isso nesta sociedade moderna do capitalismo foi se desenvolvendo também todo um aparato político-jurídico e institucional, enfim, para constituir o Estado que nos seus desdobramentos se encarrega ao mesmo tempo da gestão dos espaços, tornados públicos, e de arbitrar sobre os direitos instituídos entre o que é público e o que é privado. Encarrega-se, portanto, da socialização de determinadas porções do espaço, da socialização de determinadas condições sociais de produção. Constitui-se, portanto, o Estado moderno em poderoso agente da produção do espaço, necessário e aceito socialmente como tal.

No entanto a atuação "ideal" do Estado está permeada de interesses privados, dentre os quais são muito significativos os interesses que derivam da propriedade da terra, por sobre a qual se definem os proprietários de terra que atuam no processo de valorização perpassando por dentro os aparelhos de Estado. Por isso, atuam sobre ele ora como polo de uma relação conflituosa, ora através dele em benefício próprio. Nestas condições atuam para capitalizar de forma privada investimentos públicos que ao Estado cabe realizar e gerir.

A sociedade como um todo paga com uma parte do valor, que se valoriza no processo de produção social, um tributo à propriedade da terra, um tributo capitalista que equivale no seu patamar mínimo a um juro de capital, e que é concretamente fração do trabalho excedente.

Através de mecanismos, até simples, de funcionamento do sistema na sua globalidade, podem ainda os proprietários de terra se apropriarem de "efeitos úteis" que resultam, diferenciados entre si, embora sejam sempre ganhos concretos, dos investimentos públicos que nada mais são do que capital social imobilizado no espaço da cidade. Isso porque os investimentos em capital social estão constantemente definindo e redefinindo as localizações intra-urbanas, em termos de acessibilidade geral. Trata-se das rendas diferenciais que vão aparecer no processo de reprodução de cada capital em particular.

Em suma, a cidade como riqueza criada, valor de uso para o capital geral produtivo, integra como valor de troca os processos particulares de produção e reprodução social.

Quero discutir ainda como essas rendas diferenciais, que genericamente denominei "efeitos úteis" para cada capital produtivo particular, perpassam os processos de reprodução capitalista do capital em geral.

Cada capital produtivo, transformado em mercadoria para se realizar socialmente, descreve numa esfera pública e também privada da circulação um movimento que é um segmento essencial do processo de produção. Isso porque sem a circulação a produção não se realiza como mercadoria. Uma qualidade específica dos diferentes lugares, tal como está sendo aqui exposta, é a de permitir que de modo mais ou menos diferenciado tal realização ocorra.

É nesse sentido que capitais particulares usufruem dos investimentos públicos que estão sempre criando ou recriando essa diferenciação. Trata-se de investimentos sociais em infra-estrutura, como por exemplo, em programas de transportes, com a construção de estradas, pontes e viadutos, com o aparelhamento de portos. No espaço aparece então uma dimensão importante das forças produtivas sociais, as quais estão estruturalmente ligadas às bases produtivas da sociedade.

O que formalmente aparece como atributo locacional do lugar, é em essência uma relação histórica constituída. Por isso a renda da terra que sob vigência de relações capitalistas assume a condição de renda capitalizada no preço da terra, contém objetivamente e subjetivamente o processo de produção da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, ANA FANI ALEXANDRI (1986) - **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo. Depto. de Geografia - FFLCH-USP (Tese de Doutorado)

HELLER, AGNES (1982) - **O Homem do Renascimento**. Lisboa. Editorial Presença.

HOBBSBAWN, ERIK (1975) - **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

MARX, KARL (1968) - **Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844**. México, Editorial Grijaldo.

RESUMO

Nestes apontamentos discute-se o paradigma sociedade-natureza para refletir sobre o objeto da Geografia. Foi aqui considerado que o espaço é uma dimensão concreta do processo social. A propriedade fundiária pode ser uma categoria exploratória para a investigação da dimensão social do espaço.

RÉSUMÉ

Ayant pour but réfléchir à propos de l'objet de la Géographie, l'auteur discute dans ces annotations le paradigme société-nature. L'espace a été ici envisagé comme une dimension concrète du processus social. La propriété foncière, dans sa forme économique, la rente foncière, peut être considérée une catégorie exploratoire - pour l'investigation de la dimension social de l'espace.

ABSTRACT

This paper discuss the society-nature paradigm (with the purpose of ponder over) the object of geography. Space was considered as a concrete dimension of the social process. The landed property in its economic form: the land income can be an exploratory category to investigate the social dimension of space.